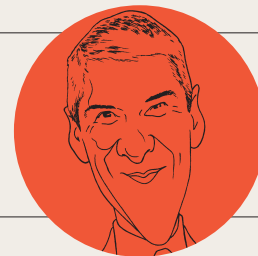


## JOSÉ SÓCRATES

Ex-primeiro-ministro  
de Portugal (de 2005 a 2011)



# Detesto Dallagnol, mas...

### ► Não se pode aplicar ao deputado a mesma régua do lavajatismo

**U**m minuto... Detesto tudo o que Deltan Dallagnol representa. Detesto a venalidade escondida atrás das cruzadas contra a corrupção política. Detesto os que se dispõem a usar o tema da corrupção para construir uma carreira e ganhar fama. Detesto os covardes que usam os cargos para perseguir seus adversários políticos. Detesto a hipocrisia dos “políticos que não são políticos”. Detesto aqueles que fazem todo o percurso político fingindo não ter qualquer interesse político e, desta forma, negam a beleza da política, que consiste justamente em tomar partido e fazer escolhas com base em convicções. Detesto os que constroem a sua biografia política usando a “imparcialidade” do sistema judicial. Detesto os seus métodos, a sua covardia, a falsa moralidade. Detesto os parceiros políticos de Dallagnol e detesto, em particular, Sergio Moro, a sua mediocridade, o seu vocabulário limitado, a sua vulgaridade. Detesto os que usam a prisão como arma política e os que são capazes de, injustamente, causar o sofrimento de outros com o objetivo de subir na vida. Detesto aqueles que em público reclamam a mais pura intenção, enquanto na sombra exibem o punhal e recorrem ao golpe de mão. Detesto a moral do mafioso – larga a arma, traz os *cannoli*.

Detesto tudo isso. E é tudo isso que me leva a dizer que não gostei do que foi feito contra o mandato do deputado Dallagnol. Tenho demasiado respeito pelo mandato popular para achar que este pode ser cassado por questões administrativas menores.

O que aconteceu no Supremo Tribunal Eleitoral é revelador de uma descon sideração da soberania popular inaceitável, seja qual for o ponto de vista democrático. A justiça eleitoral pode e talvez deva atuar com rigor antes da eleição, na verificação das condições de candidatura. Mas depois dos votos contados, depois da eleição, o respeito devido à escolha popular não deve ser posto em causa por motivos fúteis.

**Acontece que os motivos** invocados na decisão de cassação não me convencem e, ao contrário, me parecem absolutamente desatinados. Dizem os juizes, se bem entendi, que o deputado não era inelegível, mas que estaria a fugir de uma punição e que essa punição, se tivesse ocorrido, o tornaria inelegível. É dessa forma que cassam um mandato popular conquistado numas eleições que todos consideraram livres e justas.

Não posso acreditar que seja o único a achar tal raciocínio jurídico completamente ridículo. E o mais assustador é verificar que a votação foi por unanimidade e não durou mais de um minuto. Um minuto. Foi esse o tempo de debate que os senhores juizes dedicaram à descon sideração do voto popular que elegeu um deputado. Um minuto. Dá o que pensar.

E, por favor, poupem-me aos lamentáveis argumentos de que o visado me-

recia. Não, não se trata do visado, trata-se da democracia. Não se trata do titular, trata-se do voto popular. Não se trata de Dallagnol, trata-se de justiça e trata-se justamente de não lhe fazer o que fez a outros, entre os quais se conta o atual presidente da República. A democracia não usa esses métodos. E se alguém quer pessoalizar a decisão judicial então erra duas vezes – erra na substância e erra na sua justificação.

A justiça democrática é impessoal e sabe que todo poder emana do povo, mesmo as regras constitucionais que limitam esse poder e que se costumam chamar de garantias. Quem passou os últimos anos a combater a Lava Jato, operação na qual a personagem em questão foi protagonista, não o fez com nenhuma expectativa de vingança. Fê-lo em defesa do direito democrático, fê-lo por decência democrática.

Desculpem os meus amigos, mas esse ato nada tem de democrático nem de decente. E quando assim pensamos, sem prejuízo de melhor análise, que não estou a ver qual possa ser, o nosso dever é dizê-lo publicamente. Principalmente se é um personagem que nos é antipático. Principalmente se é um adversário político. O combate à Lava Jato foi feito por gente que não pensou no seu interesse, mas em fazer o que era correto. O combate à Lava Jato foi justamente para evitar a criminalização daquilo que não gostamos politicamente. Pois bem, é exatamente o que vejo neste caso, uma vingança política que recorre ao mais desprezível ativismo judicial.

Pronto, está dito. Agora estou melhor. •  
[redacao@cartacapital.com.br](mailto:redacao@cartacapital.com.br)